



Fernando Haddad e a presidente da Comissão de Educação, Fátima Cleide, na reunião de ontem: ministro defendeu a realização de dois Enems por ano, para tornar mais eficiente processo de seleção

Haddad garante nova chance para aluno prejudicado pelo Enem 3

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVI – Nº 3.347 – Brasília, quarta-feira, 17 de novembro de 2010

Orçamento preliminar prevê salário mínimo de R\$ 540

Segundo relator Gim Argello, valor ainda pode aumentar caso haja acordo amanhã em reunião entre ministro e sindicalistas

O relator do Orçamento para 2011, Gim Argello, disse que vai esperar a reunião de amanhã entre as centrais sindicais e o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, para decidir se acata um salário mínimo maior que os R\$ 540 previstos no parecer preliminar aprovado ontem. Agora, os parlamentares têm até o dia 24 para apresentar emendas, cujo valor individual foi ampliado por Gim Argello de R\$ 12,5 milhões para R\$ 13 milhões. 5



O ministro Paulo Bernardo conversa com os senadores Gim Argello e Flexa Ribeiro (D), o deputado Paulo Pereira da Silva e a senadora Lúcia Vânia

Senado busca solução para faixa de fronteira

CCJ deve votar em sua reunião de hoje projeto que legaliza os títulos de terras em faixa de fronteira. Não há consenso sobre o tema. 4

Pesquisa DataSenado aponta que brasileiro está mais otimista 6

Garantia de prazo para ação trabalhista

A Comissão de Assuntos Sociais vota projeto que impede a prescrição de ações de reparação por acidente de trabalho antes de três anos. 4



Novo CPC ganha forma na semana que vem

Relator promete apresentar até o início da próxima semana proposta final do projeto, ainda em fase de revisão geral. Com 250 artigos, novo Código de Processo Civil pretende tornar mais ágil a Justiça do país. 5

Apelo por valorização da primeira infância

Semana organizada pelo Senado discute formas de ampliar e melhorar as políticas públicas voltadas para os primeiros anos de vida, considerados essenciais na formação da pessoa. 8

Senadores Marisa Serrano e José Nery participam da abertura do evento

Tribunal Regional Eleitoral do Pará homologou resultado na semana passada e anuncia que a diplomação dos novos senadores do estado será realizada no dia 17 de dezembro em Belém



Flexa Ribeiro terminou em primeiro lugar na corrida eleitoral, com 1,8 milhão de votos



Cristina Gallo/Senado Federal

Marinor Brito ficou em quarto lugar, mas, com as impugnações de Jader e Paulo Rocha, está eleita

TRE confirma eleições de Flexa e Marinor no Pará

O TRIBUNAL REGIONAL Eleitoral do Pará (TRE-PA) homologou na semana passada o resultado final das eleições no estado e proclamou oficialmente Flexa Ribeiro (PSDB) e Marinor Brito (PSOL) senadores eleitos. Com isso, os dois serão diplomados no dia 17 de dezembro em ato solene a ser realizado na capital paraense.

De acordo com a assessoria jurídica da presidência do TRE-PA, o tribunal "cumpriu os prazos necessários para conhecimento dos eleitos e para as possíveis impugnações, relativos aos relatórios tanto do primeiro quanto

do segundo turno".

A assessoria informou também que, até o momento, nenhum pedido de impugnação ou provocação referente ao resultado dos eleitos para o Senado foi protocolado no TRE.

Ficha Limpa

Flexa Ribeiro obteve 1,8 milhão de votos e terminou em primeiro lugar nas eleições de 3 de outubro. Marinor Brito recebeu 727 mil votos, ficando em quarto. Em segundo e em terceiro lugares apareceram Jader Barbalho (PMDB) e Paulo Rocha (PT). Os votos de ambos foram

declarados nulos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com base na Lei da Ficha Limpa.

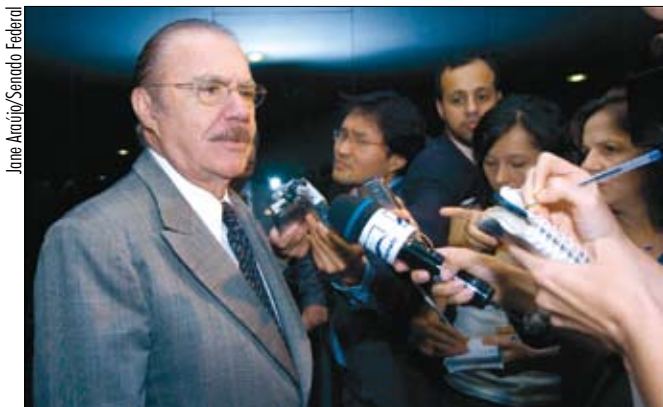
No último dia 27, o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a decisão do TSE de negar a candidatura a Jader Barbalho, por ele ter renunciado ao mandato de senador em 2001 para escapar de processo de cassação.

O julgamento deve orientar a decisão do STF em relação a Paulo Rocha, que, em 2005, abriu mão do mandato de deputado federal para não ser cassado por envolvimento no chamado escândalo do mensalão.

Acesso à informação administrativa

O presidente do Senado, José Sarney, reforçou o diálogo dos órgãos da Casa com o serviço de imprensa – que compreende Agência Senado, TV Senado, Rádio Senado e **Jornal do Senado**. Ato publicado ontem complementa a instrução de que as informações administrativas devem ser repassadas a esses veículos de comunicação.

A regra determina que, observadas as vedações constitucionais e legais, os chefes das áreas devem informar e esclarecer os veículos de comunicação quando expressamente solicitados, para que o conteúdo seja usado na elaboração de matérias de interesse jornalístico.



José Sarney afirma a jornalistas que não quer ser presidente do Senado a partir de fevereiro

Sarney diz que não deseja se candidatar à reeleição

O presidente do Senado, José Sarney, declarou ontem que não pretende se candidatar à reeleição. Questionado por jornalistas quando chegou ao Congresso pela manhã, Sarney afirmou que não deseja ser candidato em fevereiro, quando seu sucessor será escolhido.

– Continuo com o mesmo ponto de vista. Não desejo nem quero ser presidente do Senado [a partir de fevereiro] – declarou.

Segundo notícias recentes veiculadas na imprensa, o PMDB estaria se articulando para que Sarney permaneça na Presidência do Senado na próxima legislatura.

Os jornalistas também perguntaram sobre a perspectiva de vota-

ção do Orçamento da União para 2011. Em resposta, Sarney disse ter conversado na sexta-feira com o relator-geral do projeto, senador Gim Argello (PTB-DF), pedindo a ele que faça "todo o esforço possível" para que a matéria seja votada no menor tempo possível.

Gim Argello concluiu na sexta-feira o relatório preliminar do Orçamento, tendo acolhido 39 das 192 emendas apresentadas por deputados e senadores à proposta. Na tarde de ontem, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) se reuniu com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e depois aprovou o relatório preliminar do Orçamento para o primeiro ano de governo da presidente eleita, Dilma Rousseff.

Neuto De Conto lança livro autobiográfico

Muito além do meu sonho é o nome do livro autobiográfico que o senador Neuto De Conto (PMDB-SC) lança hoje no hall da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Trata-se de um

livro-reportagem, que conta a história do parlamentar, de 72 anos, e de seus antepassados italianos.

Ex-vereador, ex-deputado estadual e federal e senador

desde 2007, Neuto De Conto tem participado ativamente da história política brasileira dos últimos 30 anos, tendo sido deputado constituinte em 1988.

Senado define regras para uso de apartamentos funcionais

O Senado publicou ontem ato que consolida as regras de administração dos seus apartamentos funcionais. Os senadores, durante o exercício do mandato, têm direito a ocupá-los segundo a disponibilidade e a ordem dos pedidos. Despesas de condomínio e manutenção, neste caso, são pagos pela Casa.

Se não houver imóvel vago, o parlamentar será hospedado em hotel ou receberá auxílio-moradia até que al-

gum seja desocupado.

Caso haja apartamentos disponíveis na reserva técnica, os ocupantes de funções comissionadas de FC-3 a FC-5 poderão morar neles por até dois anos se não tiverem outros imóveis no Distrito Federal, mas devem arcar com sua manutenção.

As determinações foram publicadas na edição de ontem do Boletim Administrativo Eletrônico de Pessoal do Senado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Homenagem a Rachel de Queiroz

14h A hora do expediente é destinada a homenagear o centenário do nascimento da escritora Rachel de Queiroz. Na sessão deliberativa, os senadores analisam proposta de emenda à Constituição que inclui a Caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Presidência Reunião da Mesa e sessão comemorativa

11h O presidente do Senado, José Sarney, participa de reunião da Mesa diretora. Em seguida, às 11h30, recebe o ministro do Esporte, Orlando Silva. Às 14h, dirige sessão para comemorar o centenário da escritora Rachel de Queiroz e, logo depois, às 16h, preside a ordem do dia.

CCT Cadastro de crianças desaparecidas

8h30 Projeto que cria o Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos consta da pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Em seguida, senadores examinam 28 projetos sobre permissões de radiodifusão.

CCJ Improbidade administrativa

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisa uma pauta com 83 itens, entre eles o que aumenta o prazo para apresentação de ações contra atos de improbidade administrativa. Também vota projeto que prevê o uso de combustível vegetal na aviação civil.

CE e CAS Audiência conjunta

10h As comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Assuntos Sociais debatem a primeira infância e cultura da paz. Foram convidados os professores da Universidade de Wolverhampton (Inglaterra) Elvidina Nabuco Adamson-Macedo; do Instituto de Psicologia da Universidade Paris V Sylvain Missonnier; e o chefe de Psiquiatria Infantil do Hospital Necker-Enfants Malades, Bernard Golse.

CAS Atendimento infantojuvenil em saúde

11h A Comissão de Assuntos Sociais vota proposta que fixa normas para o atendimento prestado a crianças e adolescentes pelos planos e seguros privados de saúde. Também analisa projeto que institui a política nacional de medicamentos. Às 14h, realiza audiência pública para discutir sugestão de projeto de lei que cria o sistema integrado de atendimento à pessoa autista.

Exposição Artistas Brasileiros 2010

11h Abertura da exposição *Artistas Brasileiros 2010*, no Salão Branco do Congresso Nacional.

CMO Votação de relatório preliminar

14h30 A Comissão Mista de Orçamento analisa o relatório preliminar ao projeto de Lei Orçamentária de 2011, elaborado pelo senador Gim Argello (PTB-DF).

Mercosul Representação cidadã em debate

14h30 Os integrantes do Brasil no Parlamento do Mercosul debatem o critério de representação cidadã. Eles devem discutir regras para aplicação das eleições diretas ao Parlamento com sede no Uruguai.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Ministro da Educação diz em comissão do Senado que alunos prejudicados na realização do teste vão ter mesmas chances que os demais

Prejudicados poderão refazer Enem, diz Haddad

OS ALUNOS PREJUDICADOS por falhas na realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), nos dias 6 e 7 de novembro, poderão fazer novas provas sem prejuízo para a comparação de seus resultados com os obtidos pelos demais participantes. A garantia foi dada ontem pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, aos senadores da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Na audiência pública, realizada a pedido dos senadores Marisa Serrano (PSDB-MS) e Romero Jucá (PMDB-RR), o ministro ressaltou que a utilização da "teoria da resposta ao item" no Enem permite que se realizem diversas edições da prova com o mesmo critério de dificuldade. Dessa forma, explicou, existe a possibilidade de comparação dos resultados obtidos nas diversas edições do exame.

A metodologia, informou o ministro, é a mesma utilizada em exames internacionais, como o Pisa e o norte-americano SAT, que chega a ter sete edições anuais. Por isso, observou, não seria estranha ao meio acadêmico a realização de várias edições da mesma prova. E uma nova prova do Enem poderá ser aplicada, a seu ver, aos cerca de 2 mil alunos em cujas provas foram verificados "erros graves" de impressão.

– Nenhum sistema dessa proporção está imune a falhas técnicas. Quando ocorrem fa-



Presidente do Inep, Joaquim José Soares Neto (E), Haddad e a senadora Fátima Cleide durante o debate de ontem na CE

lhas, temos que procurar uma solução cabível que não o cancelamento da prova – afirmou Haddad, após lembrar que já foram registrados, em 14 edições do Enem, problemas tão imprevistos como o de um raio que deixou uma cidade de Minas Gerais sem energia na hora do exame.

Ele observou ainda que existem apenas duas gráficas no país capazes de imprimir com segurança as provas do Enem. A primeira foi contratada no ano passado, quando ocorreram falhas de segurança que permitiram o roubo de provas. Neste ano, a segunda gráfica "também falhou", como recordou, mas dessa vez na impressão de

um caderno de questões.

O ministro criticou duramente a realização do exame vestibular tradicional, que não existe mais em países da Europa e da América do Norte. Pelo atual sistema, recordou, estudantes são obrigados a pagar taxas elevadas de inscrição para prestar exame a apenas uma instituição. Existem ainda estudantes, observou, que viajam pelo país para prestar vestibular em diferentes cidades. Para ele, não há outro caminho a ser adotado pelo ministério, a não ser o de insistir no aperfeiçoamento do Enem e superar o "anacronismo" do vestibular tradicional.

– Alguém precisava enfrentar esse bicho com a coragem

devida – disse Haddad.

O ministro classificou de "superáveis" as falhas registradas na realização do Enem e pediu que se preservem as instituições responsáveis pelo exame, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Os indivíduos "vão e vêm", como recordou, mas as instituições envolvidas estariam tomando todas as providências para resolver os problemas ocorridos.

Haddad ressaltou ainda o papel do Enem na democratização do acesso ao ensino superior. A importância do exame, lembrou, cresceu a partir de 2005, quando seus resultados passaram a pesar na seleção



dos alunos a serem beneficiados com bolsas do Programa Universidade para Todos (ProUni). Ele informou que o Enem já é utilizado para a seleção de 150 mil alunos do ProUni, além de 83 mil nas universidades federais. Segundo o ministro, três quartos dos alunos inscritos no Enem não pagam a taxa de inscrição. E o exame é realizado em 1.600 municípios brasileiros.

– Estamos transformando o gargalo que existia em uma banda larga de acesso ao ensino superior – afirmou Haddad.

Para senadores, exame é forma democrática de acesso à universidade

Apesar de ter problemas, o Enem é um instrumento de inclusão social e representa uma forma democrática de acesso à universidade. Essa é a opinião da maioria dos senadores que participaram do debate sobre o exame deste ano com o ministro da Educação, Fernando Haddad.

Marisa Serrano – que solicitou a audiência pública juntamente com Romero Jucá – teme que os problemas verificados na prova do Enem possam colocar esse instrumento em descrédito. Ela enfatizou que 36 universidades adotam o exame como forma única de ingresso ao nível superior e espera que o Ministério da Educação assegure sua continuidade.

A parlamentar disse estar preocupada com a situação dos estudantes que se sentem prejudicados pelas falhas de impressão no último exame. Em resposta, o ministro Fernando Haddad garantiu que o ministério vai zelar pelo direito de todos os estudantes e permitir que os prejudicados pelas falhas refaçam as provas.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), para quem o Enem é um instrumento de democratização de acesso ao nível superior de ensino, afirmou que o exame não apenas realiza uma avaliação do nível médio, mas, principalmente, dá acesso à universidade. Antes do Enem, segundo ela, o ingresso à educação superior acontecia de forma discriminatória.

– O Enem vem na contramão disso para permitir que todos que realizarem o exame e tenham boa avaliação possam ingressar na universidade – afirmou. Ideli Salvatti reconheceu a necessidade de aperfeiçoamento

na forma de realização das provas, mas disse que as críticas ao Enem são feitas por aqueles que querem a extinção do exame.

A antiga estrutura de ingresso à universidade, observou Aloizio Mercadante (PT-SP), beneficiava alguns setores, que sentem seus interesses prejudicados. Agora, com o Enem, alguns se apoiam nos erros como pretexto para que se volte ao antigo sistema de acesso ao ensino superior.

– O Enem que temos hoje é o instrumento de acesso à universidade pública. Claro que, quando se consolida, vai prejudicar interesses de quem se beneficiava da antiga estrutura – disse.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) elogiou a preocupação do governo e do Ministério da Educação de garantir justiça para os estudantes prejudicados com as falhas da operação. Apenas 14% dos brasileiros de 18 a 24 anos frequentam a universidade, o que demonstra a desigualdade que ainda existe no Brasil, afirmou.

Além de facilitar o ingresso dos estudantes brasileiros à universidade, ressaltou Valadares, o Enem gera melhoria na qualidade de ensino do país.



Augusto Botelho, Mercadante, Suplicy, Marisa Serrano, Roberto Cavalcanti e, na fileira de trás, Valadares e Alvaro Dias, no debate ontem

Ministro defende duas edições por ano

Fernando Haddad defendeu mais uma edição anual do Enem, como forma de evitar atropelos, bem como permitir a habilitação de mais instituições que queiram colaborar com o Inep. Ter duas provas por ano, segundo o ministro da Educação, "dilui os riscos e aumenta as oportunidades aos estudantes".

Ao responder a intervenção do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), Haddad garantiu que todos os estudantes que foram prejudicados com os problemas de impressão terão oportunidade de refazer a prova.

O ministro afirmou ainda que a res-

ponsabilidade pelos problemas gráficos verificados não recaem sobre os servidores do Inep.

– O Enem pode ser analisado pelos problemas que ocorreram e pela dificuldade para o estudante que aguarda as decisões. Mas lembramos que o Enem é a forma mais democrática de seleção – observou.

Por sua vez, o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) defendeu maior competitividade entre as gráficas que realizam as provas, com o argumento de que, com mais empresas concorrentes, poderá haver maior condição para evitar riscos e fazer economia financeira.

Proposta em discussão diz que a União deverá ratificar os títulos legalmente dados nessas áreas, sem a necessidade de requisição por parte dos interessados. Governo federal ainda não se posicionou oficialmente sobre o assunto

Mesmo sem consenso, CCJ vota projeto que legaliza terras em faixa de fronteira

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar hoje proposta que legaliza definitivamente os títulos de alienação ou de concessão de terras feitos pelos estados na faixa de fronteira, ou que, ultrapassando esse limite, estejam ainda nos contornos da chamada área de interesse para a segurança nacional. Pelo texto do projeto (PLS 93/07), a União deverá ratificar os títulos legalmente outorgados nessas áreas sem a necessidade de requisição dos interessados, sendo suficien-

te prévia consulta ao Conselho de Defesa Nacional (CDN).

A inclusão dos títulos de imóveis situados na área de segurança nacional – tanto de terras de domínio federal quanto estadual – foi do relator, senador Augusto Botelho (sem partido-RR). Depois de apontar imprecisões jurídicas a respeito dos conceitos de faixa de fronteira e de área de interesse para a segurança nacional, o relator decidiu modificar a proposta inicial, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Pelo texto original, apenas os

títulos na faixa de fronteira expedidos pelos estados deveriam se beneficiar da ratificação, por ato do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A única condição era a de que os títulos tivessem sido emitidos pelos estados segundo as normas vigentes à época.

O projeto de Alvaro Dias estava na pauta da CCJ na semana passada. No entanto, apesar do apelo do autor para que fosse colocado em votação, o presidente da comissão, Demóstenes Torres (DEM-GO), sugeriu o

adiamento, argumentando que não há consenso em torno do assunto. Além de faltar apoio do governo, a informação chegada à CCJ é de que a própria Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) quer a retirada do projeto. No final, ficou acertado que, mesmo sem consenso, o texto seria votado nesta semana.

Depois de receber parecer na CCJ, o projeto seguirá para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para decisão terminativa.



Área de fronteira com o Paraguai: projeto original em discussão na CCJ foi apresentado pelo senador Alvaro Dias



Augusto Botelho incluiu no relatório imóveis em área de segurança nacional

Para Augusto, só Justiça pode decretar nulidade de título

Um dos objetivos do senador Augusto Botelho, ao propor o substitutivo, foi retirar do Incra o poder de decretar a nulidade dos títulos expedidos pelos estados nos quais existam problemas que possam impedir a ratificação. Na proposta em discussão, só a Justiça poderá decretar a nulidade dos títulos. O Incra terá que propor a ação, em que pedirá a anulação e a posterior incorporação do imóvel ao patrimônio público. O titular da área deve ser indenizado pelas benfeitorias.

Ainda pelo substitutivo, passará a correr prazo de dois anos, a partir da publicação da lei, para que o Incra adote as providências administrativas e judiciais necessárias para con-

cluir a ratificação das terras de domínio público na faixa de até 150 quilômetros ao longo das fronteiras. Se o imóvel em fase de ratificação for declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, o órgão terá que verificar de imediato a possibilidade de ratificação ou não. Não havendo a ratificação, o preço do imóvel será depositado em juízo, como garantia, até a decisão final sobre a propriedade da área.

Nas ações judiciais, o estado que concedeu o título será sempre notificado para que, se quiser, reivindique o domínio da área. Se o estado reconhecer a legitimidade do título, o proprietário será excluído do processo e terá o título ratificado.

Legislação atual fere direitos constitucionais, diz Alvaro Dias

Apesar das contradições conceituais citadas pelo relator, a faixa de fronteira é habitualmente reconhecida como a que vai até 66 quilômetros desde os limites com os países vizinhos. Já a faixa de segurança alcança até 150 quilômetros. Historicamente, esses limites foram definidos em decorrência do interesse da segurança nacional, prevalecendo nessas áreas diferentes graus de controle e exercício de poder de polícia pela União, com restrições ao direito de propriedade, às formas de ocupação e de utilização do solo.

Nas condições estabelecidas pela Lei 9.871, de 23 de novembro de 1999, quem possuísse títulos de alienação ou concessão de terras emitidos pelos estados

na faixa de fronteira teria prazo de dois anos – com início retroativo a 1º de janeiro daquele ano – para requerer ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a ratificação da sua propriedade ou do seu título. Sem o atendimento a esse prazo, conforme a lei, os proprietários perderiam os seus títulos, com o retorno das terras ao domínio público.

Para Alvaro Dias, essa legislação fere direitos constitucionais. Por outro lado, a ratificação tranquilizará os proprietários e concessionários de imóveis rurais. Apesar de terem a posse legítima dos imóveis, eles vivem em permanente insegurança para produzir, por dependerem da ratificação dos títulos.



Paim teme que interpretações da Constituição prejudiquem trabalhador

Prescrição de ações por acidente de trabalho

Projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que impede que as ações judiciais de reparação por acidente de trabalho prescrevam antes de três anos está na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão terminativa. Se for aprovada, deverá ser enviada diretamente à Câmara dos Deputados caso não haja recurso ao Plenário.

No texto original da proposta (PLS 512/07), Paim argumenta que “o Código Civil de 2002 já reduziu de 20 para três anos o prazo prescricional e, agora, com interpretações inovadoras, busca-se prejudicar o trabalha-

dor, com interpretações que reduzem esse prazo para dois anos”, baseadas no artigo 7º da Constituição.

Para garantir o prazo de três anos, o projeto acrescenta um parágrafo ao artigo 764 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), definindo que “a reparação decorrente de acidente de trabalho é de natureza civil e poderá ser requerida no âmbito da Justiça do Trabalho, observado o prazo prescricional fixado pelo inciso V do § 3º do artigo 206 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 [Código Civil], que começa a ser contado da data da rescisão

do contrato de trabalho”.

Em seu relatório sobre a matéria, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) defende a aprovação do texto. Segundo Raupp, “o parâmetro escolhido pela proposta é a jurisprudência mais progressista e a doutrina mais atual, que vêm se posicionando no sentido de que o prazo prescricional adequado é o disposto no Direito comum, e não no trabalhista, ou seja, nos termos do artigo 206 do Código Civil, de aplicação permitida pelo parágrafo único do artigo 8º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)”.

Adiado debate sobre banco Panamericano

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) transferiu para a próxima quarta-feira a audiência pública sobre o rombo de R\$ 2,5 bilhões no patrimônio do banco Panamericano, uma das 44 empresas do Grupo Silvio Santos.

O adiamento foi motivado por problemas de agenda dos convidados.

O debate foi marcado pela CCJ na quarta-feira passada, quando veio à tona a crise no Panamericano. Os senadores Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Aloizio Mercadante (PT-SP) propuseram discutir o assunto no Senado.

Esclarecimentos sobre o desfalque nas contas do Panamericano e a operação de compra de parte do banco pela CaixaPar, subsidiária da Caixa Econômica Federal, devem ser prestados pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; pela presidente da Caixa, Maria Fernanda Ramos Coelho; e pelos presidentes das empresas de auditoria Deloitte Touche Tohmatsu Brasil, Juarez Araújo; e KPMG no Brasil, Pedro Melo.

ACM Júnior critica aquisição feita pela Caixa

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) criticou a Caixa Econômica Federal por ter comprado, no ano passado, uma participação de 35,54% do banco Panamericano, no valor total de R\$ 739,3 milhões. O valor corresponde a 49% do capital votante da instituição, em que foi descoberto um rombo de R\$ 2,5 bilhões.

Na avaliação do senador, não há explicações para a decisão da Caixa de investir “dinheiro em um negócio arriscado, mal explicado, em um banco com seriíssimas dificuldades financeiras”, como o Panamericano.

– É inadmissível que numa negociação dessa com *due diligence* a Caixa não tenha descoberto que estava pagando muito mais do que a empresa valia, porque havia ativos que não foram baixados e receitas que não eram verdadeiras. Então, a coisa é muito grave.

Em apartes, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Adelmir Santana (DEM-DF) manifestaram apoio ao pronunciamento.



Senador considera muito grave a negociação com o Panamericano

Relatório sobre CPC na próxima semana

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) deve apresentar no início da semana que vem o relatório final do projeto de novo Código de Processo Civil (CPC). O texto do projeto (PLC 166/10) está em fase de revisão geral.

Com cerca de 250 artigos a menos em relação aos 970 do atual código, em vigor desde 1973, o projeto busca assegurar maior agilidade e efetividade ao funcionamento da Justiça. A intenção é remover dois obstáculos: a formalidade dos processos e o excesso de recursos diante das decisões dos magistrados.

O texto inicial foi elaborado por uma comissão de juristas designada pelo Senado. Agora, está aos cuidados de uma comissão especial de senadores, presidida por Demóstenes Torres (DEM-GO). Depois dessa comissão, com base no relatório de Valter Pereira, o texto seguirá ao Plenário, para votação em três turnos.

Valter Pereira adianta que o projeto da comissão de juristas será majoritariamente aproveitado. Entre as inovações mais importantes desse texto inicial, ele destaca o chamado incidente de resolução de demandas repetitivas, instrumento para a solução das demandas de massa. Provocado por um recurso, o tribunal superior decidirá sobre um processo e esse julgamento deverá ser aplicado nacionalmente, pelos juízes de instância inferior, a todas as causas iguais.

– Essa é a cereja no bolo do novo CPC, a solução capaz de garantir celeridade a milhões de processos numa só decisão – comentou.

O relator faz reserva, no entanto, sobre o que fará em relação aos pontos que motivaram divergências nos debates.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por exemplo, quer advogados atuando em processos de mediação e conciliação, prática que deve ser incorporada para permitir a solução de conflitos sem a necessidade de ação judicial. Associações de magistrados consideram que essa mediação pode ser feita por outros profissionais e até mesmo líderes comunitários preparados para esse papel.

História jurídica

Outro assunto a ser abordado no relatório final diz respeito ao tratamento, pelos tribunais de Justiça de todo o país, dos processos antigos e já encerrados que abarrotam as varas judiciais. Valter Pereira disse que vai sugerir uma solução intermediária, com regras para definir que documentos devem ser preservados ou digitalizados.

Relator também incluiu em seu parecer aumento no valor total de recursos orçamentários destinados a emendas parlamentares individuais. Governo previu R\$ 7,42 bilhões e Comissão Mista de Orçamento aprovou R\$ 7,72 bilhões



Senadores Lúcia Vânia, Flexa Ribeiro e Gim Argello (relator) ouvem o deputado Waldemir Moka, presidente da Comissão Mista de Orçamento e senador eleito

Felipe Barro/Senado Federal

Aprovado mínimo de R\$ 540 em relatório preliminar

O RELATOR DO Orçamento da União para 2011, Gim Argello (PTB-DF), disse que amanhã as centrais sindicais e o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, reúnem-se para discutir o valor do salário mínimo. Até lá, o parecer preliminar ao projeto orçamentário aprovado hoje pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) manterá o valor em R\$ 540. As centrais reivindicam R\$ 580, enquanto a oposição defende R\$ 600.

Gim Argello aumentou o valor das emendas individuais de R\$ 12,5 milhões para R\$ 13 milhões. Com isso, o valor das emendas passou de R\$ 7,42 bilhões para R\$ 7,72 bilhões. O prazo para apresentação de emendas ao parecer vai de 17 a 24 deste mês.

Em seguida, terá início a elaboração dos relatórios parciais.

Gim prevê R\$ 900 milhões para ações relacionadas à realização da Copa do Mundo de 2014 nas áreas de transporte, saúde, segurança, infraestrutura urbana, turística e esportiva, especificamente nas cidades-sede do torneio e respectivas regiões metropolitanas até o valor global de R\$ 900 milhões. As bancadas estaduais serão ouvidas antes da execução de qualquer empreendimento nesses setores.

O parecer manteve o aumento do limite que os relatores setoriais têm para cortar em inversões financeiras de 20% para 30%, com o objetivo de equiparar ao limite de corte

em investimentos, que já era de 30%.

Foi mantida ainda emenda que destina recursos para garantir as atividades mínimas e o cumprimento da missão constitucional da Marinha do Brasil até o valor global de R\$ 270 milhões.

O parecer prevê R\$ 3,9 bilhões para compensar os estados das perdas decorrentes da Lei Kandir.

O parecer aprovado pela CMO inclui suplementação orçamentária para garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários; e recursos para ações que promovam a elevação *per capita* dos recursos transferidos ao Sistema Único de Saúde.

Ministro defende critério de reajuste do salário

Em debate ontem na Comissão Mista de Orçamento (CMO), o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, disse que considera bom o atual critério para reajuste do salário mínimo – inflação do ano anterior mais crescimento real do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes – porque já possibilitou um aumento real do salário mínimo de 60% no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O ministro afirmou, entretanto, que o fato de considerar bom esse critério não impede que o Congresso Nacional busque outro, que possa eventualmente ser melhor. Com a utilização do critério atual, o salário mínimo nacional deverá passar de R\$ 510 para R\$ 538,15 a partir de 1º de janeiro (correspondente apenas ao INPC acumulado em 2010, já que o crescimento do PIB em 2009 foi negativo, de -0,2%).

Bernardo disse não concordar com o reajuste do salário mínimo para R\$ 600, como fora proposto na campanha para presidente da República pelo candidato José Serra (PSDB). O ministro lembrou que a proposta foi debatida na campanha e derrotada nas urnas.

A única mudança admitida pelo governo até agora é o aumento para R\$ 540.

– O arredondamento do valor previsto na proposta inicial já é rotina nas negociações do orçamento – afirmou.

O ministro destacou que qualquer aumento acima dos R\$ 540 pode prejudicar outras áreas do



Paulo Bernardo (D) critica proposta de reajuste até R\$ 600, feita na campanha

Orçamento, como o programa Minha Casa Minha Vida e o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) – relator setorial da saúde – lamentou que a presidente eleita, Dilma Rousseff, tenha mencionado a criação de um novo imposto para gerar mais recursos ao setor. Para ele, “é lamentável que a presidente não fale em cortar gastos, mas sim em

criar impostos.

Em resposta, o ministro afirmou que o Congresso tem de ajudar o Executivo a decidir se mais recursos para a saúde são necessários ou não.

Disse que, se os parlamentares concluírem que há necessidade, é preciso então que indiquem a fonte desses recursos, que pode ser um novo tributo ou o corte de despesas previstas para outros setores no Orçamento.

Cavalcanti apoia esforço contra guerra cambial

“É absolutamente injusto que sejamos precisamente nós, o conjunto dos países em desenvolvimento, que venhamos a pagar pela farras do consumo inconsequente estimulada nos Estados Unidos por décadas”. A afirmação foi feita ontem pelo senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB), para quem o país deve apoiar o governo federal nas negociações que serão feitas para conter a guerra cambial que está afetando a economia de vários países.

O senador observou que o Brasil e os demais países emergentes não podem assumir o ônus pela “corrente financeira sem fundamentos econômicos razoáveis” patrocinada pelas nações mais ricas. Porém, opinou que se os países mais pobres não conseguirem reverter a atual situação, a conta pelo desequilíbrio econômico será paga por eles.

– O primeiro *round* dessa peleja aconteceu na semana passada por ocasião do encontro do G-20, em Seul, reunião chamada justamente para debater aquilo que a presidente eleita, Dilma Rousseff, com muita propriedade, vem chamando de guerra cambial mundial. Os resultados do encontro foram pífios – lamentou Roberto Cavalcanti.

Na avaliação do parlamentar, a atual preponderância do dólar no comércio multilateral já está devastada por mecanismos alternativos criados pelas nações ao longo dos anos.

Cavalcanti observou que vários acordos internacionais, bilaterais ou multilaterais, como os que ocorrem no âmbito do Mercosul, já admitem o uso de moeda própria nas relações comerciais externas.

Para o senador, a tendência para o futuro é que seja criado um novo padrão de moeda para o comércio internacional. Ele também apontou a necessidade de uma renovação profunda no sistema financeiro mundial. Enquanto essas mudanças não ocorrem, sugeriu, é importante que o debate sobre o assunto seja estimulado e aprofundado.



“Tendência é que seja criado novo padrão de moeda”, diz Cavalcanti

Waldemir Barreto/Senado Federal

Pesquisa DataSenado mostra que 61% dos brasileiros estão otimistas

Pesquisa do DataSenado revelou que 61% dos brasileiros acham que sua situação econômica vai melhorar nos próximos seis meses, contra apenas 6% que acham que vai piorar. A saúde é a área que mais preocupa para 35% dos cidadãos, enquanto a segurança pública

é a preocupação principal de 26% da população.

Concluído no final de outubro, o levantamento ouviu 1.325 cidadãos maiores de 16 anos, com acesso a telefone fixo, em 119 municípios de todas as regiões do país, incluídas todas as capitais. A margem de

erro da pesquisa é de 3%.

A percepção do brasileiro sobre seu bem-estar, nos últimos seis meses, apresentou estabilidade. Para metade dos entrevistados (51%), a sensação ficou igual, 36% viram uma melhora e 12% acham que piorou. Sobre a situação econômica,

21% responderam que piorou, 51% que ficou estável e 28% perceberam melhoras.

Quase 90% dos brasileiros têm quatro áreas como suas maiores preocupações: saúde para 35%, segurança para 26%, educação para 16% e emprego para 12%.

Para superar essas preocupações, 76% dos entrevistados acham que o Senado Federal pode ajudar muito, enquanto 14% entendem que a instituição pode ajudar pouco e 5% acreditam que não pode ajudar nada a resolver sua maior preocupação.

Maciel: educação avançou nos países ibero-americanos

As mudanças são heterogêneas e não representam melhoria imediata nas condições de vida, afirmou o senador. Ele relatou ao Plenário sua participação em fórum parlamentar

A EDUCAÇÃO TEM avançado em todos os países ibero-americanos, mas tais progressos não têm sido homogêneos e nem sempre têm se traduzido em melhorias imediatas na qualidade de vida da população. O comentário foi feito pelo senador Marco Maciel (DEM-PE) ao registrar sua participação no 6º Fórum Parlamentar Ibero-Americano, realizado nos dias 11 e 12 de novembro, em Buenos Aires. Compareceram ao evento delegações de 22 países.

O objetivo do fórum foi reforçar a dimensão parlamentar do sistema de cooperação e o intercâmbio entre as nações ibero-americanas, além de fortalecer as instituições democráticas e o desenvolvimento econômico e social dos países participantes, informou. O tema foi "Educação: fator de inclusão social".

Marco Maciel observou que durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso foram adotadas várias medidas em favor da educação. Ele destacou a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a implantação do Fundo



Para Maciel, apesar dos avanços, educação no Brasil ainda encontra gargalos

de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), a descentralização dos programas de distribuição de livros didáticos e os repasses financeiros para os entes federados e para os próprios estabelecimentos de ensino através de programas de alimentação escolar e dinheiro direto na escola.

– A partir de meados dos anos 90, o país iniciou um grande

esforço nacional para ampliar o acesso à escolarização básica por meio dos programas Toda Criança na Escola e Bolsa Escola. Já em 2002, mais de 97% das crianças de 7 a 14 anos estavam matriculadas. Desde então, o Brasil tem experimentado muitos avanços, mas ainda há gargalos, é bom salientar, especialmente no que diz respeito às matrículas na educação infantil, em particular nas creches, e na educação de jovens e adultos – disse.

Fotos de Waldemir Barreto/Senado Federal

Para Serys, eleição de Dilma é vitória da luta das mulheres

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) voltou a celebrar ontem a eleição de Dilma Rousseff para a Presidência e afirmou que essa conquista é um marco para militantes da causa feminina.

– Ver o cargo eletivo mais importante do nosso país ser ocupado por uma mulher é sinal que nossa luta e nossos esforços estão fazendo a diferença – disse.

Entretanto, afirmou a senadora, a participação das mulheres brasileiras na política ainda tem muito que evoluir. A atual legislatura do Congresso Nacional, acrescentou ela, tem apenas 8,9% de mulheres.

Serys também comentou um estudo divulgado pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), segundo o qual, mesmo com aumento de 56% no número de candidaturas femininas entre 2006 e 2010 para a Câmara dos Deputados, foram eleitas apenas 45 deputadas federais em 2010, mesmo número de 2006.



Serys: presença da mulher na política ainda tem muito a melhorar

– Enquanto não tivermos mais mulheres participando do dia a dia partidário, não conseguiremos ultrapassar essa barreira do desinteresse dos partidos pelas mulheres – afirmou.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que os partidos políticos deveriam incentivar mais a participação feminina.

Papaléo Paes (PSDB-AP) observou que as mulheres costumam ser mais responsáveis e honestas em cargos públicos ou mandatos eletivos.

Suplicy participará de conferência de ministros na África

Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem que participará da Conferência dos Ministros de Desenvolvimento Social dos Países Africanos. Durante o evento, que será realizado na capital do Sudão, Cartum, entre os dias 21 e 25 deste mês, Suplicy fará palestra sobre o tema "Programa de transferência de renda e a perspectiva de renda como um direito incondicional para toda a população".

– Considero a renda básica de cidadania um instrumento muito importante para a erradicação da pobreza, assim como as formas cooperativas de produção, o microcrédito, a expansão das boas oportunidades de educação para os jovens e os adultos



Eduardo Suplicy falará no evento sobre transferência de renda

que não tiveram oportunidade quando crianças; assim como o orçamento participativo; e a expansão da universalização do atendimento de saúde – disse.

Suplicy leu ainda entrevista publicada ontem pelo jornal *O Globo* com Joaquim de Melo, fundador do Banco Palmas, especializado no segmento de microcrédito.

Neuto De Conto exalta potencial turístico do país

Neuto De Conto (PMDB-SC) chamou a atenção para o enorme potencial turístico do Brasil e classificou sua exploração como imprescindível para o desenvolvimento nacional.

O senador relatou em Plenário sua participação em eventos do setor turístico brasileiro, como o 38º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens, a Feira das Américas e o 58º Fórum Nacional dos Secretários de Desenvolvimento Estadual de Turismo.

Entre as características e ri-

quezas naturais e culturais brasileiras que têm potencial turístico ainda não plenamente desenvolvido, Neuto De Conto citou a Amazônia, o Pantanal, cidades históricas, o Carnaval e edificações religiosas.

– Está devidamente provado que temos um espaço fantástico para crescer, um espaço entre a economia global do país e a posição que apresenta o turismo perante as demais economias, cujo espaço estamos galgando lentamente.



Neuto De Conto relata sua participação em eventos do setor

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Acir Gurgacz • Serys Slhessarenko

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - **Fax:** (61) 3303-3137

Prça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.

CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Colombo diz que não buscará confronto político com Dilma

O senador Raimundo Colombo (DEM-SC), ao retomar as atividades parlamentares após sua eleição para o governo estadual, agradeceu ontem aos eleitores e se comprometeu a não adotar uma postura de confronto em relação à futura presidente, Dilma Rousseff, apesar de estarem em campos opostos na política.

– Nunca vi briga política construir hospital, ponte, escolas, estradas. Eu vi atrapalhar, prejudicar. Meu sentimento não é nesse sentido, pelo contrário, é buscar a convivência, a soma dos esforços, a ação comum – disse o senador.

O governador eleito lembrou o lema de sua campanha e afirmou que o desafio de sua gestão será aproximar o Estado das pessoas, trabalhar pelos mais pobres, implementar ações e buscar resultados que melho-



Senador agradeceu catarinenses por vitória na eleição ao governo

rem a vida dos cidadãos, sobretudo em áreas como saúde, segurança e infraestrutura.

Raimundo Colombo também agradeceu sua suplente, Níura Demarchi (PSDB-SC), pelo período em que cumpriu o mandato e lamentou a morte do senador Romeu Tuma (PTB-SP), ocorrida no mês passado.

Valter Pereira é contra eleição ou nomeação de analfabetos

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) afirmou ontem considerar obrigatório que os representantes do povo, seja no Legislativo ou no Executivo, sejam alfabetizados. Para ele, isso é o mínimo a ser exigido. O senador observou que, sem saber ler e interpretar um texto, um legislador analfabeto não poderia formar juízo de um projeto sobre o qual precisa opinar e votar, e não seria capaz de evitar uma transgressão aparentemente legal proposta por algum auxiliar, por exemplo.

– Atribuir poder decisório a quem não tem capacidade cognitiva é um risco – disse.

Ele mencionou o caso do deputado eleito Tiririca (PR-SP), que, após receber mais de 1,3 milhão de votos, teve questionada pelo Ministério Público Eleitoral a sua habilidade para ler e escrever. Valter Pereira



Para Valter Pereira, caso Tiririca deveria ter sido encerrado antes do pleito

criticou a morosidade da Justiça Eleitoral, que deveria ter encerrado a discussão antes do registro da candidatura. O senador também afirmou que, em nome da democracia, o atual ordenamento jurídico eleitoral impõe condições de elegibilidade excessivamente frouxas aos cidadãos e para a criação de partidos.

Mozarildo acusa governo de Roraima por compra de terras

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) denunciou ontem um esquema de compras irregulares de propriedades rurais em Roraima que teria sido formado por um grupo de pessoas ligadas ao governador do estado, José de Anchieta Júnior.

De acordo com Mozarildo, representantes do governador se deslocaram dezenas de vezes, nos últimos meses, para fazendas em Roraima e em estados vizinhos, utilizando jatinhos do governo estadual, para fazer as aquisições.

As propriedades, adquiridas por “laranjas” do governador, de acordo com Mozarildo, fazem parte de áreas cedidas pela União ao estado de Roraima e estariam sendo tituladas com a participação ilegal do Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima (Iteraima).

– Isso é muito sério sob todos



Senador afirma que esquema utiliza aviões do governo estadual

os aspectos, sobretudo pelo fato de ser um crime, uma verdadeira quadrilha que se monta com a participação das aeronaves do governo. Existe a participação de pessoas do governo, senão do governador, porque é difícil que o governo faça tudo isso sem que o governador esteja no meio – acusou.

Para senador, número de acidentes teria sido menor se o governo Lula tivesse investido na duplicação de rodovias, em campanhas educativas e em uma maior fiscalização

Azeredo culpa governo por parte de mortes nas estradas

“VAMOS SER CLAROS: o desempenho do governo Lula e do PT é muito ruim na área de infraestrutura.” A avaliação foi feita pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ao informar que a Polícia Rodoviária Federal (PRF) computou 142 mortes nos 2.490 acidentes registrados nas estradas federais durante o fim de semana prolongado. Para ele, “a má gestão petista” pode ser responsabilizada por parte das mortes ocorridas.

O parlamentar afirmou que, se o governo federal tivesse investido na duplicação de estradas, em campanhas educativas permanentes, em uma maior fiscalização nas rodovias e na aquisição de equipamentos modernos para a PRF, o número de mortos não teria chegado ao que foi computado. Disse ainda que, se a lei aprovada a partir de projeto de sua autoria, obrigando os veículos a saírem das fábricas equipados com *air-bag*, já tivesse entrado em vigor, o número de acidentes fatais poderia ter sido menor.

Segundo Eduardo Azeredo, o seu estado, Minas Gerais, registrou nesse fim de semana o maior número de mortes em todo o país, 35, e o de acidentes também, 430. Dirigentes da PRF explicaram que, apesar de o descuido dos motoristas e a chuva terem sido as principais causas, a precariedade das rodovias



“Desempenho de Lula e do PT é muito ruim em infraestrutura”, diz Eduardo Azeredo

também foi decisiva para grande parte dos acidentes terem ocorrido, disse o parlamentar.

– O Brasil, para crescer, para enfrentar essa nova realidade que vem desde o início do Plano Real e da redemocratização, precisa investir fortemente na duplicação de estradas em todo o território. Em alguns casos, é preciso não apenas duplicar, mas ampliar a estrada. O mesmo vale para a questão do transporte urbano. Vários metrô foram mencionados na propaganda eleitoral. Esperamos que, terminada a eleição, eles não sejam esquecidos. Durante oito anos do governo Lula, a realidade do metrô de Belo Horizonte é

de esquecimento. Não houve investimento federal para a construção de um quilômetro sequer, mesmo com vários ministros mineiros – disse Azeredo.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) expressou sua preocupação com a precariedade da infraestrutura no país. Ele destacou que os problemas atingem tanto as ferrovias, quanto as rodovias, os portos e os aeroportos.

Ao assinalar que o Brasil sediará a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas dois anos depois, Antonio Carlos Júnior disse temer que as obras necessárias não fiquem prontas a tempo.



Gurgacz também pede que governo federal melhore manutenção das rodovias em Rondônia

Gurgacz defende rodovia de Porto Velho a Manaus

Acir Gurgacz (PDT-RO) apontou ontem a necessidade de desenvolvimento do comércio, da infraestrutura de transporte e de iniciativas no setor de turismo para o crescimento da Amazônia. Ele fez um apelo para que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) libere recursos para a construção de uma rodovia ligando Porto Velho a Manaus.

Segundo o senador, além de a futura rodovia contornar os prejuízos quando há a baixa dos rios – o que prejudica o transporte fluvial –, ela criaria uma rota turística pela Amazônia, chegando até a Venezuela.

Gurgacz também pediu atenção do governo para a manutenção das rodovias de Rondônia, especialmente a BR-364, a expansão da rede de hidrovias e a aprovação de seu projeto (PLS 210/10) que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os produtos elaborados na Amazônia Ocidental com matérias-primas de origem regional.

Seu discurso, declarou Gurgacz, foi estimulado por uma declaração do papa Bento 16 na qual o líder católico manifestou preocupação com o modelo de desenvolvimento global e defendeu o que chamou de relançamento da agricultura.



Jefferson Praia participou, em Porto Alegre, de simpósio sobre auditoria de obras públicas

Jefferson apoia aplicação mais consciente de verbas

Jefferson Praia (PDT-AM) comunicou ao Plenário sua participação na abertura, segunda-feira, do 13º Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas, que acontece em Porto Alegre até sexta-feira. Em seu discurso no evento, ele defendeu a aplicação consciente e correta dos recursos públicos e falou de sua atividade parlamentar no Senado sobre o tema.

O senador é coordenador do Grupo de Trabalho sobre Gestão e Controle de Obras Públicas, que conta com a participação de servidores lotados em seu gabinete e profissionais de diversos órgãos de controle do país. Esse grupo trabalha há dois anos estudando e pesquisando o assunto.

– O próprio funcionamento do nosso grupo de trabalho proporcionou uma interação muito grande entre as instituições, divulgando o assunto e as propostas a vários tribunais de contas de norte a sul do país – disse ele, que lembrou projetos de sua autoria tratando de fiscalização de obras públicas.

Segundo o senador, um dos frutos do grupo de trabalho foi uma cartilha sobre gestão de obras públicas enviada a todos os municípios brasileiros.

Evento organizado pelo Senado vai até sexta-feira e discutirá a importância dos primeiros laços entre as crianças e seus cuidadores. Senadores defendem valorização da fase inicial da vida e da qualidade do atendimento prestado



Senadora Marisa Serrano e senador José Nery, no centro da mesa, abriram ontem a 3ª Semana de Valorização da Primeira Infância e da Cultura da Paz: apelos por medidas mais concretas para proteger as crianças

José Nery e Marisa Serrano defendem políticas públicas para primeira infância

DURANTE A ABERTURA da 3ª Semana de Valorização da Primeira Infância e da Cultura da Paz, ontem de manhã, no Auditório Petrônio Portella, os senadores José Nery (PSOL-PA) e Marisa Serrano (PSDB-MS) defenderam a ampliação de políticas públicas para esse segmento da população. Nery cobrou medidas concretas para garantir os direitos das crianças em setores como saúde, educação e cultura.

– É preciso valorizar a infância ou nosso futuro estará comprometido – disse Nery, vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Segundo José Nery, a legislação brasileira para o setor é bastante avançada, mas o país

carece de ações articuladas que coloquem em prática os direitos previstos na Constituição federal.

– Nós precisamos, de uma vez por todas, transformar em atos concretos, em políticas públicas, ações e iniciativas de valorização da primeira infância para fortalecer uma sociedade baseada na paz, na justiça e no bem-estar. Há muitas iniciativas em curso, o desafio maior é integrá-las para formar nossas crianças de maneira adequada – assinalou o parlamentar.

Marisa Serrano, vice-presidente da Comissão de Educação, Esporte e Cultura (CE), também destacou a necessidade de o Legislativo e o Executivo trabalharem de forma integrada na

elaboração de ações de valorização da primeira infância. Ela classificou ainda como decisiva a educação dada à criança nos primeiros anos de vida e destacou a importância da formação de educadores e cuidadores.

– A preocupação maior tem que ser com a qualidade da atenção que damos às nossas crianças pequenas – recomendou Marisa.

A senadora lembrou episódio noticiado pela imprensa na última semana de agressão a crianças em uma creche de Goiânia. De acordo com Marisa, o fato é um exemplo daquilo que deve ser combatido.

– Entristece-me muito quando vejo cenas absurdas de maus tratos que acontecem a crianças

em escolas. É preciso fazer com que as crianças tenham educação sadia, mas que tenham, principalmente, a garantia de ter preservada sua integridade física e moral – observou.

O evento discutirá até sexta-feira a importância dos primeiros laços entre as crianças e os cuidadores. Participaram também ontem da abertura Cristina Albuquerque, representante da Unicef; Vincent Defourny, pela Unesco; Yves Saint-Geours, embaixador da França; Claudia Lyra, secretária-geral da Mesa do Senado; Dioclécio Campos Júnior, representante da Sociedade Brasileira de Pediatria; Iraê Lucena, deputada estadual da Paraíba; e Eurípedes Higino dos Reis, filho do médium Chico Xavier.

Senado participa de feira do livro em São Luís

Um livro que mostra como os padres jesuítas influenciaram a formação cultural do Maranhão é um dos lançamentos editoriais que o Senado levou para a 4ª Feira do Livro de São Luís, iniciada ontem na Praça Maria Aragão.

Em *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão*, o padre João Filipe Bettendorff descreve os trabalhos realizados no Maranhão por esses religiosos na época em que a população local beirava 3 mil pessoas. Desde a chegada dos jesuítas ao Brasil – em meados do século 16 –, e durante mais de 200 anos, a Companhia de Jesus foi a instituição que mais influenciou na formação cultural e educacional dos habitantes do país.

Bettendorff, natural de Luxemburgo, chegou ao Maranhão em 1661, como integrante da Ordem dos Jesuítas. Ele veio ao Brasil atendendo a convite do Padre Antonio Vieira.

O livro abrange desde a origem do nome Maranhão, o seu descobrimento e suas capitâneas. Também retrata os períodos em que holandeses e franceses dominaram o estado.

Volume número 115 do Conselho Editorial do Senado, *Companhia de Jesus no estado do Maranhão*, que tem 803



Deficiente visual recebe livro em braile do diretor da Seep, Florian Madruga

páginas, está sendo vendido a R\$ 50. A publicação pode ser adquirida pela livraria virtual do Senado.

No último final de semana, o Senado entregou livros de sua coleção em braile para quatro entidades do Maranhão que apoiam o portador de deficiência visual. Foram doados às quatro entidades coleções contendo os seguintes títulos: *Direitos humanos, Lei de Falências, Legislação desportiva, Conselhos aos governantes (Maquiavel, Platão, Kautilya e Erasmo de Roterdã), Lei Antidrogas, Legislação consolidada do servidor público, O Senado Federal e Passeio de bonde.*

O diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), Florian Madruga, comandou a solenidade de entrega dos livros.

– O Senado, através de sua gráfica, tem um serviço de publicações em braile para atender a determinação da Constituição federal de que todos os brasileiros são iguais e devem ter os mesmos direitos. Por isso, foi criado o serviço de impressão em braile com o objetivo de atender aos 14 milhões de cidadãos que não possuem sua visão normal e precisam de publicações impressas pelo serviço braile – explicou Florian Madruga.

Senado comemora amanhã os 80 anos de criação da OAB

Os senadores vão comemorar os 80 anos de criação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na primeira parte da sessão de amanhã, a partir das 14h. A iniciativa da homenagem é de Valter Pereira (PMDB-MS).

O senador destacou no seu requerimento o papel que a OAB tem desempenhado, ao longo da história do país, contra os regimes autoritários e em defesa das liberdades democráticas. A entidade surgiu, segundo o parlamentar, no contexto de profundas mudanças institucionais, com a edição do Decreto 19.408/30, durante o governo provisório após a Revolução de 30. A instituição teve como seu primeiro presidente Levi Carneiro, que, antes do surgimento da OAB, presidia o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), criado ainda no Império.

Valter Pereira ressaltou ainda que a Ordem dos Advogados do Brasil manifestou-se contra o regime autoritário instaurado pelos militares em 1964. “As manifestações do Conselho Federal da OAB contra as violências e arbitrariedades praticadas pelas autoridades militares intensificaram-se em 1968, quando foi editado o famigerado Ato Institucional nº 5”, afirmou.

Zambiasi cumprimenta aluna gaúcha

“Brasília, capital dos brasileiros, um povo que sonha, luta e realiza. Planejada sob críticas e inaugurada com aplausos, é o avião brasileiro, que mostra o rumo certo, acolhe um pouco da cultura de todas as pessoas de cada canto do Brasil.” Esse é um dos trechos do trabalho vencedor do 3º Concurso de Redação do Senado Federal. Sérgio Zambiasi (PTB-RS) ocupou a tribuna do Plenário para cumprimentar a vencedora, a estudante Fernanda Rodrigues, de 16 anos, do município gaúcho de Estrela.

Zambiasi também mencionou sua decisão de não disputar a reeleição no pleito de outubro. Para o senador, ele cumpriu na prática o que defende em tese: a necessidade de o Parlamento ser constantemente renovado. Antecipou ainda que voltará a desempenhar suas atividades como radialista.



Sérgio Zambiasi, que não buscou outro mandato, voltará ao rádio

Papaléo faz seu milésimo discurso no Senado

No seu milésimo discurso, Papaléo Paes (PMDB-AP) apontou como eixos de sua atuação “a defesa incondicional do Amapá, dos direitos dos cidadãos e do Senado”. Ele lembrou ter sido contrário à reforma da Previdência apresentada pelo governo federal em 2003 e favorável a ações compensatórias ao Amapá devido às grandes áreas preservadas.

Papaléo lembrou também sua luta em prol dos servidores dos ex-territórios federais na busca por reajustes salariais e pela isonomia com outros funcionários públicos.

– Foi daqui deste Plenário que chamamos a atenção do governo federal em momentos importantes como a crise aérea, as constantes ameaças de surtos de dengue e outras doenças negligenciadas, a necessidade de reajustes salariais para policiais, bombeiros, médicos e professores – afirmou.



Senador destaca, em sua atuação, a “defesa incondicional do Amapá”